

A IMPLEMENTAÇÃO DAS ZONAS DE INFLUÊNCIA PEDAGÓGICA (ZIP) NO CONTEXTO EDUCACIONAL ANGOLANO: DECORRÊNCIAS NA PROGRESSÃO DA CARREIRA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES

THE IMPLEMENTATION OF ZONES OF PEDAGOGICAL INFLUENCE (ZIP) IN THE ANGOLAN EDUCATIONAL CONTEXT: RESULTS ON CAREER PROGRESSION AND PROFESSIONAL DEVELOPMENT OF TEACHERS

Efraim Tchissingui Soma¹
Vilmar Alves Pereira²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões na experiência de professores do ensino primário e 1º ciclo sobre a implementação das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP) no contexto educacional angolano, sua influência na progressão na carreira e desenvolvimento profissional. Utilizando uma abordagem qualitativa com base na Hermenêutica Filosófica, inicialmente é apresentado a gênese do projeto bem como a evolução da definição do termo ZIP no contexto internacional e nacional. Em seguida, são expostos os resultados de uma experiência das atividades da ZIP envolvendo professores do ensino primário e primeiro ciclo das províncias de Benguela, Huambo e Namibe. Os achados revelam as motivações, avaliações, aprendizagens e dificuldades enfrentadas durante a implementação das ZIP. Os professores entrevistados nas três províncias revelaram um cenário binário, onde as ZIP são reconhecidas por seus benefícios teóricos, mas existem barreiras consideráveis em sua aplicação prática. Ficou comprovado que a melhoria das atividades da ZIP passa pela superação das deficiências materiais, metodológicas, humanas e pelo reconhecimento formal da formação contínua, assegurando assim um impacto duradouro e positivo na carreira e na prática pedagógica dos professores angolanos.

Palavras-chave: Zonas de Influência Pedagógica (ZIP). Angola. Formação. Professores.

Abstract

This article aims to present reflections on the experience of primary and 1st cycle teachers on the implementation of Zones of Pedagogical Influence (ZIP) in the Angolan educational context, their influence on career progression and professional

1 Professor na Escola Superior Pedagógica do Bié – Angola. Doutorando em Educação pela Universidade Internacional Iberoamericana -UNINI – México. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1898-4642>. E-mail: efraimsoma@yahoo.com.br

2 Profesor en la Universidade do Estado do Mato Grosso - PPGEDU-UNEMAT - Brasil y Universidad Internacional Iberoamericana - UNINI México y Puerto Rico. Doctor en Educación. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2548-5086>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8501893261263297>. E-mail: vilmar1972@gmail.com

development. Using a qualitative approach based on Philosophical Hermeneutics, the genesis of the project is initially presented as well as the evolution of the definition of the term ZIP in the international and national context. Next, the results of an experience of ZIP activities involving primary and first cycle teachers from the provinces of Benguela, Huambo and Namibe are presented. The findings reveal the motivations, evaluations, learning and difficulties faced during the implementation of the ZIP. Teachers interviewed in the three provinces revealed a binary scenario, where ZIPs are recognized for their theoretical benefits, but there are considerable barriers to their practical application. It has been proven that improving ZIP's activities involves overcoming material, methodological and human deficiencies and the formal recognition of continuous training, thus ensuring a lasting and positive impact on the career and pedagogical practice of Angolan teachers.

Keywords: Zones of Pedagogical Influence (ZIP). Angola. Training. Teachers.

Introdução

O Ministério da Educação de Angola teve sempre como um dos grandes desafios melhorar a qualidade e equidade da formação inicial e contínua dos professores. O mesmo refere que as pressões internas sobre os professores, no sentido de se envolverem cada vez mais em ações formativas, são cada vez mais fortes. Por esta razão, o Ministério da Educação adotou o agrupamento de escolas com a criação das chamadas, Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), que representaram um reforço ao desenvolvimento profissional dos docentes (GRILLO, et al., 2018).

Sobre a influência das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP) no desenvolvimento profissional dos professores, a sua efetivação está na base de inúmeros questionamentos. No entanto, estes questionamentos devem ser problematizados considerando algumas questões fundamentais, tais como: Como as Zonas de Influência Pedagógica (ZIP) influenciam na melhoria da prática pedagógica dos professores em Angola? Os recursos disponíveis nas ZIP são suficientes para consecução dos seus objetivos? Qual é o nível de qualidade das formações oferecidas pela ZIP? De que forma os resultados das ZIP afetam a progressão na categoria do docente? Quais são os principais desafios enfrentados pelos professores nas Zonas de influência Pedagógica (ZIP)?

O objetivo desse estudo consiste em executar duas ações principais: primeiramente, adotaremos uma abordagem compreensiva onde procuraremos analisar e entender este debate de forma profunda; em segundo, compartilhar uma narrativa de vivências de 20 professores angolanos de três províncias diferentes nomeadamente Huambo, Benguela e Namibe, com destaque para a província de Benguela, com vivências nas diversas atividades levadas a cabo nas suas Zonas de Influência

Pedagógica (ZIP). O estudo procura compreender as motivações, aprendizagens, estímulos e influências das ZIP na progressão da carreira e desenvolvimento profissional dos professores.

As Zonas de Influência Pedagógica em Angola surgiram por via da organização não governamental ADRA (Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), no seu Programa Onjila, em 1995. (SEMPERE, 2006). Nos primeiros anos o projeto era somente Onjila, fundamentado no método CAT (Conhecer, Analisar e Transformar), com o passar dos anos o ADRA decidiu agregar no projeto o termo Zonas de Influência Pedagógica (ZIP).

Em 2013, o governo angolano cria o Projeto Aprendizagem para Todos (PAT), voltado para capacitação docente, neste mesmo ano, o projeto ZIP é atrelado a este programa. O PAT, é um dos programas desenvolvido pelo Ministério da Educação, que teve o apoio do Banco Mundial, isto no âmbito financeiro. O projeto foi desenvolvido e implementado com o intuito de proporcionar melhorias aos conhecimentos e as competências dos professores do ensino primário e primeiro ciclo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013), alicerçado em vários objetivos, dos quais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021):

- Preparar, implementar e testar um programa de formação contínua de professores, visando melhorar os conhecimentos académicos e competências pedagógicas dos professores e o uso que fazem do tempo na sala de aula;
- Consolidar e expandir o modelo das Zonas de Influência Pedagógica a todas as províncias de Angola.

O estado atribuiu uma série de elementos para a potencialização das ZIP nomeadamente: assistência técnica internacional e nacional para desenvolver o programa, materiais da formação de professores, formação de formadores, monitorização da formação, e fornecimento de apoio contínuo às escolas de formação de professores; equipamentos e materiais de formação para as escolas de formação de professores e escolas-sede das ZIP; reprodução de materiais de ensino e aprendizagem para formandos; custos operacionais associados às atividades dos formandos e formadores das ZIP, supervisores e recursos humanos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Portanto, esse estudo investiga a hipótese de que, embora os professores angolanos mantenham uma visão otimista em relação ao impacto das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP) no aprimoramento de seu desenvolvimento profissional, a insuficiência de apoio material e

metodológico, bem como a falta de valorização das formações oferecidas pelas ZIP na avaliação docente e progressão na carreira, constituem obstáculos significativos para a efetiva consecução deste desenvolvimento.

Demarcações Conceituais

De acordo com o que destaca o relatório de Avaliação do Projeto de Aprendizagem Para Todos (PAT), relatório nº66598-AO do Banco Mundial de 2013, foi feita uma avaliação internacional, nas classes iniciais, e concluiu-se que muitos alunos angolanos não conseguiam ler/interpretar o teste de avaliação em comparação com alunos de outros países onde se aplicou o mesmo teste. Este deficit levou ao questionamento das suas causas e a uma reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem em Angola (BANCO MUNDIAL BM, 2013).

O Ministério da Educação tem procurado conceber instrumentos que permitam responder a esses desafios. Nessa ótica, foi concebido o Plano Mestre de Formação de Professores que prevê num dos seus eixos, a elevação da qualidade e equidade da formação contínua de professores, técnicos e especialistas da Educação (Governo de Angola, 2013). Seguidamente, o ministério adotou o agrupamento de escolas com o reforço das chamadas, Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), que representam um reforço da capacidade institucional da escola e do centro de desenvolvimento profissional, assim como a criação de redes escolares de partilha e colaboração recíproca no trabalho do dia-a-dia, de forma a prestar um serviço de qualidade.

O projeto Zonas de Influência Pedagógica (ZIP) é de matriz africana (Moçambique), o seu conceito teve interpretações variadas desde a sua origem. Segundo (CHIRRIME, 1988), as ZIP surgem pela primeira vez em julho de 1958 no Boletim Oficial de Moçambique, I Série nº 30, onde o governo português, mediante o decreto nº 41.681, estabelecia que nas províncias ultramarinas providas de mais de um liceu ou escola do Ensino Técnico-profissional será delimitada pelo respetivo governo, em portaria, a Zona de Influência Pedagógica de cada um daqueles estabelecimentos.

Foi com a portaria 14.394 publicada em outubro de 1960 no Boletim Oficial de Moçambique nº 44, I Série, que se inicia oficialmente o funcionamento das Zonas de Influência Pedagógica em Moçambique, com a finalidade de administração escolar.

No início, as ZIP correspondiam a um aglomerado de escolas onde o liceu responsável pelo aglomerado era considerada a Sede da ZIP. Era nesta sede onde eram arquivados os processos dos alunos, passavam-se

os certificados, delimitavam-se as áreas de recrutamento de alunos entre outras funções (CHIRRIME, 1988). A legislação vigente de Moçambique, define ZIP, como um órgão de apoio pedagógico que agrega um conjunto de escolas do Ensino Básico e/ou do Ensino Secundário, visando a superação pedagógica dos respetivos professores (BOLETIM DA REPÚBLICA, 2008).

A luz do Projeto Onjila, as ZIP eram vistas como vastas zonas geográficas onde, na base de uma organização ainda incipiente, eram projetadas várias ações em torno de projetos educativos mais ou menos estruturados e nas quais intervinham vários atores. Eram espaços educativos amplos, regidos por normas restritas que coexistiam com outros espaços educativos organizados e regidos por outras lógicas com os quais não existiam interações ou formas institucionalizadas de colaboração (ADRA, 2005).

Já o guia metodológico de apoio as ZIP, a define, como um órgão de apoio metodológico que congrega um conjunto de escolas próximas umas das outras, a partir de uma escola de referência denominada Escola Sede ou Centro de Recursos (GOVERNO DE ANGOLA, 2013).

Em Angola, atualmente, para constituição de uma ZIP são necessários os seguintes requisitos: respeitar a proximidade entre as escolas, não deve ultrapassar o raio máximo de 10 km; cada ZIP congrega de 3 a 6 escolas; cada ZIP deve ter 10 a 90 professores; segundo a realidade de cada localidade, excepcionalmente, pode ser constituída uma ZIP com menos de 3 escolas e mais que 90 professores, mais nunca acima de 150; no caso de uma única escola ter mais de 150 professores deve ser considerada uma ZIP; cada ZIP deve ter um centro de recursos; o centro de recursos é a escola sede da ZIP. O centro de recursos é um espaço de livre acesso, destinado à consulta, produção e partilha de documentos, boas práticas e experiências no âmbito do processo de ensino e aprendizagem (GOVERNO DE ANGOLA, 2013).

A ZIP é constituída por um dossier, que consiste em um conjunto de documentos devidamente organizados que permitem uma gestão eficiente (Governo de Angola, 2013). Este compõe-se de três grupos de documentos, primeiro, documentos de Natureza normativa: regulamento da ZIP; regulamento das escolas do ensino geral; regulamento do ensino primário; calendário escolar; sistema de avaliação das aprendizagens do ensino primário; lei de bases do sistema de educação e ensino (Lei 17/16, de 7 de outubro); normativos referentes ao Subsistema do Ensino Primário. Segundo documentos de natureza pedagógica: planos de estudo; programas do ensino primário; manual de avaliação das aprendizagens do ensino primário; manual de apoio ao supervisor; conjuntos de manuais

das diferentes classes para os alunos; conjunto de dicionários; sólidos geométricos; gramáticas; conjunto de materiais de demonstração para laboratórios; kit para geometria; mapas, atlas, globos; outros. Terceiro, documentos de natureza organizativa: mapas de dados estatísticos que permitem a caracterização de cada escola da ZIP; mapas de dados estatísticos da ZIP que permitem a descrição de alunos por escola, idade, classe e sexo; dosificação por unidades temáticas; modelo de ata; Modelo de convocatória; modelo de relatório de visita de supervisão; plano anual de atividades; plano de capacitação dos professores; calendário das Sessões de trabalho; calendário das sessões de formação a desenvolver de acordo com as necessidades identifica mapa de visitas às escolas; ficha de assistência às aulas; plano de visitas de supervisão pedagógica e manual de apoio.

A organização estrutural da ZIP, compreende três órgãos nomeadamente: o círculo de diretores; o conselho Pedagógico e o Conselho das Escolas da ZIP (CEZ).

O Círculo de Diretores é constituído por todos os diretores das escolas que compõem uma ZIP e coordenado pelo diretor da escola sede (Governo de Angola, 2013). A coordenação é rotativa e abrangente aos demais diretores das escolas que compõem a ZIP. A sua missão é contribuir para uma boa organização e funcionamento da ZIP de modos a permitir uma efetiva participação de todos intervenientes da ação educativa. O conselho pedagógico da ZIP é um órgão de apoio constituído pelo coordenador da ZIP, diretores, subdiretores pedagógicos, coordenadores de classe e professores das escolas que a compõem, assim orienta o guia metodológico. A sua missão é conciliar e orientar o trabalho da sua ZIP, validando o plano de ação e de formação, avaliar a participação dos professores, utilizando de maneira racional o tempo para cada sessão e mantendo informados os órgãos responsáveis pela formação a nível municipal, provincial e nacional. É responsabilidade deste conselho avaliar o grau de cumprimento dos programas e planos por ciclo, classe e disciplina, bem como avaliar o grau de cumprimento do calendário de treinamento e analisar o rendimento escolar dos alunos.

Quanto a seu funcionamento, a Zona de Influência Pedagógica tem dependência administrativa direta da Repartição Municipal da Educação (RME), Direção Provincial da Educação (DPE) e metodológica do Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação (INFQE), através das escolas de magistério (GOVERNO DE ANGOLA, 2013). Este processo funciona da seguinte forma: toda a intervenção efetuada a nível das ZIP deve

estar articulada entre os diferentes atores (nacional, provincial, municipal e escola); cada província deve ter uma bolsa de formadores; compete ao INFQE fazer o apoio metodológico às ZIP através das escolas do magistério; a DPE apoia as ZIP do ponto de vista administrativo; a RME apoia do ponto de vista administrativo, organizativo e na supervisão.

Na ZIP realizam-se encontros de trabalho em que se desenvolvem várias atividades visando a atualização da prática pedagógica, ou seja, realizam-se atividades que contribuem para melhorar o desempenho do professor nas aulas (GOVERNO DE ANGOLA, 2013). Os referidos encontros traduzem-se em: sessões de formação, planificação conjunta, acompanhamento e avaliação da prática docente, debates de temas, oficinas de trabalho, formações de curta duração, simulação de aulas, elaboração de material didático, etc.

Estudo feito numa ZIP, identificou uma deficiente atividade de supervisão pedagógica nas ZIP (DOS SANTOS TERESA ABRÉU, 2020) igualmente, o estudo realizado por Malenzua 2017, sobre a ZIP, os resultados confirmaram também uma fraca participação dos supervisores no apoio e acompanhamento das atividades dos professores na sala de aula, motivada pela incapacidade de meios materiais, financeiro e pela insuficiência de recursos humanos. Estes deficits originam fracas habilidades ou competências nos docentes.

A função a ZIP está reduzida à gestão dos currículos, isto é, à planificação quinzenal dos conteúdos contidos nas dosificações recebidas da coordenação municipal, elaboradas fora do contexto das escolas e distante das necessidades reais dos alunos e dos professores e do meio em que se inserem as escolas. Estas formam as conclusões do estudo realizado por Cumbelembe, Machado e Palmeirão (2018) em uma outra ZIP.

Estudo realizado por Nascimento (2020), também concluiu que os professores e gestores entendem que na maior parte dos casos não tem havido uma relação entre os conteúdos abordados na formação e as suas necessidades enquanto professor/a, bem como a ZIP não tem contribuído para mobilização de diferentes métodos e estratégias de ensino e aprendizagem para melhoria da eficácia ou qualidade do trabalho docente.

As formações realizadas no âmbito das ZIP, ainda que variável em organização e eficiência, possuem vantagens por serem formações centradas no quotidiano pedagógico dos professores, todavia, não se reconhece qualquer regulação externa das formações oferecidas que possibilitem posterior certificação com efeitos de progressão na carreira (DA SILVA, 2019). Embora a ZIP seja um modelo perfeitamente adequado às necessidades dos professores, porém, nota-se um funcionamento irregular

do projeto e os resultados situam-se abaixo das reais necessidades do setor. O projeto carece de uma urgente atualização científica e pedagógica (POÇAS, LOPES, MEDINA, & DOS SANTOS, 2018).

Constrangimentos, Lacunas e Tendências Atuais das Zonas de Influência Pedagógica em Angola

Desde a implementação das ZIP em Angola até aos dias atuais, o projeto tem evoluído, mas também tem vivido imensos constrangimentos, é assim que há necessidade de se fazer um acompanhamento permanente do projeto para evitar que os erros identificados sejam estudados e sanados para a melhoria da qualidade na formação contínua dos docentes.

O primeiro grande constrangimento enfrentado pela ZIP nos primórdios foi o transporte da proposta CAT (Conhecer Analisar e Transformar) para a realidade angolana e para os contextos rurais específicos, não parece ter tomado em consideração certos requisitos básicos indispensáveis à sua sustentação e nem a realidade da política educativa angolana. Vejamos:

Os princípios da centralidade em que assentava a política e a prática da administração da educação em Angola não eram favoráveis à implementação de iniciativas dessa natureza que requerem um certo grau de autonomia. Segundo a Lei de bases do sistema educativo angolano, na altura, (Lei 13/01) (GOVERNO DE ANGOLA, 2001), “a definição da política educativa é da exclusiva competência do Estado (art. 2º, nº 2)”. Embora, segundo o ponto 3 do mesmo artigo, as “iniciativas de educação possam pertencer aos poderes central e local do Estado e a outras pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, competia ao Estado (Ministério da Educação) definir as normas gerais de educação, nomeadamente nos seus aspetos pedagógicos, e andragógicos, técnicos, de apoio e fiscalização do seu cumprimento”. Os programas de ensino e os manuais escolares eram aprovados pelo Ministério da Educação e são de utilização obrigatória em todo o território nacional (ARTIGOS 60º E 61º DA LBSE).

A falta desses requisitos básicos e a persistência de algumas dificuldades na implementação da proposta CAT, relacionadas, designadamente, com um corpo docente constituído na sua maioria por indivíduos com deficientes perfis académico e profissional e experiência pedagógica e, com muitas dificuldades em entender a proposta CAT e utiliza-la no seu trabalho diário e, a pobreza dos contextos educativos, explicam a razão porque, apesar de inúmeras formações, a proposta foi mal dominada por muitos diretores e professores.

Em 2017, o governo angolano decidiu adoptar o projeto ZIP como projeto de governo para formação contínua de todos os professores do ensino primário a nível nacional. Esta decisão incrementou uma significativa melhoria fundamentalmente na nova estruturação da ZIP. As mudanças foram feitas praticamente em quase toda estrutura do anterior do programa ZIP coordenado pela ADRA.

A nova estrutura da ZIP de Angola é praticamente uma cópia fiel da ZIP de Moçambique entretanto, com um detalhe crucial em falta, e retirado de forma a permitir que o novo regulamento não entrasse em contradição com a lei angolana, o detalhe é: adequar os programas de ensino à realidade local e assegurar o seu cumprimento, este é a alínea f do art.4º do regulamento da ZIP de Moçambique (Diploma Ministerial n.º 60/2008 de 18 de Junho), por outra o governo angolano deixou de fora um dos métodos que constituía a espinha dorsal da ZIP tutelada pela ADRA, o método CAT, que coincidentemente se alinha perfeitamente ao artigo deixado de fora.

Estas duas alterações feitas aquando da reestruturação do projeto ZIP originaram o surgimento de imensas lacunas e desviaram as tendências originais do programa, nomeadamente: a não inserção da alínea f do art. 4º do regulamento da ZIP de Moçambique bem como a não adoção do método CAT ao novo guia metodológico de apoio a ZIP de Angola são vistas como uma grande perda de identidade da ZIP no sistema de ensino angolano, pelas seguintes razões:

Primeiro, sem a possibilidade de o professor adequar os conteúdos às realidades locais torna-se praticamente impossível partilhar experiências diferenciadas em função as diferentes localidades e inibe a inserção de novas realidade no processo de ensino e aprendizagem; segundo, o método CAT funcionava como o motor metodológico para facilitar o professor identificar as realidades locais, transforma-las e inserilas no processo de ensino a aprendizagem, uma vez que no método CAT o trabalho é desenvolvido dentro de uma proposta que valoriza o homem e a mulher, sua cultura, seu trabalho, trazendo estes elementos como base da prática pedagógica dos professores em sala de aula e produz conhecimentos que contribuem para transformação da realidade local que podem ser adequados a outras realidades, baseadas na pedagogia de Paulo Freire.

A adoção destes dois elementos no guia metodológico de apoio a ZIP em Angola tornaria a ZIP angolana mais forte em termos de organização uma vez que, para além de permitir a adequação dos programas de ensino à realidade local, o método CAT funcionaria como a via de transformação

da realidade local em conteúdo letivo. Estes dois incrementos, devidamente supervisionadas, trariam mudanças significativas na consecução dos objetivos da ZIP em Angola.

Atualmente, podemos considerar que o alcance dos reais objetivos pedagógicos da ZIP em Angola ainda continuam condicionados, não só por questões legais mas fundamentalmente por opção metodológica, uma vez que a anterior Lei de bases do sistema educativo angolano (Lei 13/01) (Governo de Angola, 2001), lei esta que impedia a inserção do conteúdo local, foi revogada e em sua substituição foi promulgada uma nova Lei de bases do sistema Educativo angolano, (Lei 17/16 de 07 de outubro) (GOVERNO DE ANGOLA, 2016, p. 4448), esta nova Lei, no n. 2 do art. 105º diz ...”20% dos conteúdos curriculares para o ensino primário e ensino secundário são de responsabilidade local...”, bem como a atual lei em vigor, Lei de Bases do Sistema Educativo Angolano (Lei 32/20 de 12 de agosto) (GOVERNO DE ANGOLA, 2020), igualmente no ponto 2 do art. 105º a referida lei permite que os docentes do Ensino Primário e Secundário possam ajustar até 20% do programa da disciplina com conteúdo da realidade local, ou seja, a nova lei nas alterações feitas deixou intacto este artigo. Esta abertura legal constitui um grande ganho para a sistema de ensino e aprendizagem, para as ZIP constitui uma ótima oportunidade para o ajuste da forma de o projeto se relacionar com o meio local e atingir a consecução dos seus objetivos de forma mais incisiva.

A publicação do regime jurídico do subsistema do ensino geral de Angola, em 2023, sob o Decreto presidencial 163/23, veio alterar o âmbito de abrangência da ZIP doravante, “as todas as escolas do ensino secundário geral passam em ZIP”, segundo o n.1 do art. 52º do referido regime. Com esta diretiva, a ZIP passa a cobrir todo o subsistema do ensino geral em Angola (GOVERNO DE ANGOLA, 2023, p. 3581).

A abrangência da ZIP no sistema de ensino angolano é uma realidade embora para o subsistema do ensino geral ainda não se materializou até ao momento, em contrapartida, esta evolução da abrangência do programa é meramente formal, não tem sido acompanhada com os devidos regimes jurídicos nem guias de orientação, vejamos: não existe em Angola praticamente nada publicado em diário da república sobre a ZIP. Para os três subsistemas de ensino pelos quais são abrangidos pelo programa, existe somente um guia de apoio metodológico para o ensino primário que também não foi publicado em diário da república, o Iº e IIº Ciclos têm organizado as atividades da ZIP tendo como base o guia metodológico do ensino primário, para o ensino secundário do ensino geral não existe nenhum instrumento orientador.

A falta de documentos orientadores da ZIP nos diferentes níveis de ensino; a não publicação em diário da república da pouca documentação existente bem como a não atualização dos documentos disponíveis para se conformarem com a nova Lei de Bases do Sistema Educativo Angolano (Lei 32/20 de 12 de agosto) (Governo de Angola, 2020), são situações que vêm fragilizar o programa ZIP ao ponto de os seus objetivos serem fortemente afetados. Urge a necessidade de se dar mais atenção a reestrutura, atualização, produção e legalização de documentos reitores deste importante programa para que o mesmo cumpra de forma integral os objetivos preconizados no processo de ensino e aprendizagem.

A colocação em prática do ponto 2 do art. 105º da Lei de bases do sistema educativo Angolano, Lei 32/20 de 12 de agosto, no projeto ZIP, originaria uma alteração profunda das suas funções de forma a gerar um maior campo de ação às escolas para que elas possam organizar-se de acordo com os contextos em que se encontram inseridas, gerir, de forma flexível, os conteúdos curriculares, bem como os seus recursos humanos, materiais e financeiros, os seus espaços físicos, estabelecer o tipo de relações convenientes com os alunos, pais e comunidade visando melhorar a qualidade da educação e promover a equidade.

A realização de sessões de formação contínua, com modelos que valorizem os saberes e as experiências que os professores adquirem nos contextos de trabalho bem como na comunidade, podem ajudar a dar forma e coesão a organizações em que os professores se sintam parte de um grupo como as ZIPs, e isso pode constituir uma vantagem para o próprio professor que, agora, tem com quem partilhar os seus conhecimentos, as suas experiências e as suas dificuldades, como para o próprio sector, que acaba tendo professores mais autónomos, independentes e preocupados com o seu próprio desenvolvimento.

Enquanto, em Angola, ainda se pensa na necessidade da institucionalização da formação contínua como um direito dos professores e que a institucionalização da mesma pode garantir a melhoria da qualidade de ensino (CRUZ, 2019), em Portugal, por exemplo, a institucionalização da formação contínua constituiu, desde a década de setenta, uma reivindicação da classe docente, que a encarava como um direito dos professores e uma obrigação do Ministério da Educação.

No entanto, com a implementação do projeto ZIP em Angola, a situação inverteu-se: embora sem uma legislação específica, o Ministério da Educação, por via dos diretores, exige que os professores participem em ações de formação contínua através das ZIP. Para estes, a formação passou, num curto espaço de tempo, do exercício de um direito ao cumprimento,

muitas vezes penoso, de um dever, sem a devida seleção dos professores com as devidas necessidades formativas e em caso de ausência nas formações se corre o risco de descontos salariais.

A importância que se atribui à formação contínua dos professores, fundamenta-se pelas teorias personalistas, também denominadas por humanistas, libertarias, não diretivas, orgânicas, pulsionais, livres ou abertas, sem nos apegarmos à designação da mesma, pelo facto de serem teorias que se apoiam, essencialmente, nas noções de sujeito com uma tónica que consideramos central para esse estudo - estas teorias olham para a questão da liberdade e da autonomia da pessoa (BERTRAND, 2001).

Para os autores Prada, Freiras e Freitas (2010), “a formação docente é uma contínua caminhada dos profissionais da educação, em cujo caminhar atuam todas as suas dimensões individuais e coletivas de carácter histórico, biopsicossocial, político, cultural, próprias de seres integrais e autores de sua própria formação”. É nesta perspectiva que se acentua a necessidade de se envolver o professor no processo de formação contínua, valorizando os saberes e experiências adquiridas no exercício das suas funções, muitas vezes de forma heroica, pelas condições de trabalho a que muitos professores estão sujeitos (ANDRÉ, 2017).

De facto, as ZIPs não podem ser vistas como um fim em si e nem a panaceia para todos os males de que enfermam o sistema educativo angolano e nem a arma mágica para enfrentar os gigantescos desafios impostos pelo défice quantitativo e qualitativo em matéria de docentes, meios e métodos de ensino. Porém, bem organizadas e geridas, podem transformar-se uma importante e económica estratégia para a melhoria da situação vigente, para a formação, treinamento aperfeiçoamento de recursos humanos que integrariam e impulsionariam as estruturas definitivas da administração da educação nos diferentes níveis.

Abordagem Metodológica

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que visa ampliar os significados nos processos de compreensão e interpretação de textos e contextos, utilizando os princípios da Hermenêutica Filosófica de Gadamer (2002).

Neste enfoque, a metodologia identifica diversas etapas fundamentais no desenvolvimento do conhecimento, que se manifestam na busca de dados. Primeiro, é necessário compreender os termos estruturantes das pesquisas qualitativas. Segundo, deve-se definir o objeto de estudo na forma de uma pergunta e teorizá-lo. Terceiro, delineiam-se as estratégias de

campo. Quarto, realiza-se uma aproximação inicial ao cenário de pesquisa, observando informalmente os processos ali ocorrentes. Quinto, vai-se a campo munido de teorias e hipóteses, porém com abertura para questioná-las. Sexto, procede-se à ordenação e organização do material secundário e empírico, impregnando-se das informações e observações de campo. Sétimo, constrói-se a tipificação do material coletado e efetua-se a transição entre a vivência e a elaboração teórica. Oitavo, exercita-se a interpretação de segunda ordem, onde a leitura atenta e aprofundada origina categorias empíricas ou unidades de sentido, que demandam um novo processo de teorização. Nono, produz-se um texto que seja ao mesmo tempo fiel aos achados de campo, contextualizado e acessível. Décimo, asseguram-se os critérios de fidedignidade e validade (MINAYO, 2011).

Este modo de guiar a pesquisa não se demarca apenas aos procedimentos técnicos, mas agrega uma profunda reflexão sobre o significado das informações conseguidas e os processos envolvidos na construção de conhecimento. Isso inclui a competência de ouvir ativamente (construção de escutas), compreender de forma crítica, reelaborar conceitos e construir novos raciocínios. A metodologia enfatiza a importância de interpretar as informações em seu contexto, considerando a subjetividade e as experiências dos participantes. Ao focar não apenas nos métodos, mas também na interpretação e no sentido das informações, esta abordagem permite uma exploração mais rica e profunda das questões estudadas.

Minayo (2011), ressalta que, uma vez que o pesquisador compreende o sentido das informações relatadas e das observações de campo, ele não deve ficar excessivamente dependente das palavras dos participantes. A autora considera essa dependência como uma das maiores limitações na análise qualitativa, demonstrando uma incapacidade do pesquisador de ir além da simples descrição dos dados empíricos.

Os participantes deste estudo são 20 professores, dos quais 11 da província de Benguela, 6 da província de Huambo e 3 da província do Namibe. O maior número são os da província de Benguela, por ser a província pioneira na implementação de projeto. O critério de escolha se deu por via do contato com cada participante a partir das escolas sede das suas ZIP, sendo todos professores. Quanto a localização das referidas ZIP, todas se localizam nos municípios sedes das referidas províncias. São no total 13 homens e 7 mulheres. Dos 20 professores entrevistados, 5 trabalham no Iº ciclo, 12 trabalham no IIº ciclo e 4 trabalham com EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Utilizou-se a técnica de inquérito por amostragem, embora sendo uma técnica comumente usada nas pesquisas quantitativas, ela pode

também ser usada em abordagens qualitativas. Nesta modalidade, são feitas apenas perguntas abertas, proporcionando aos entrevistados a oportunidade de se expressarem de forma mais livre. As entrevistas foram conduzidas individualmente (MINAYO E DESLANDES, 2011).

Para captarmos as percepções destes professores, criamos um questionário breve e enviamos pelo whatsapp para 20 participantes, concretamente os participantes residentes nas províncias Benguela, Huambo e Namibe. As questões partiram desde a avaliação das atividades da ZIP e seu impacto do desenvolvimento profissional; recursos oferecidos e usos na prática de ensino; influência da ZIP na progressão de carreira docente; a avaliação sobre essa experiência; principais contribuições e desafios para a melhoria da ZIP, até a livre expressão sobre algo mais que deseja acrescentar. Os professores tiveram 25 dias para responder, nesse espaço de tempo, recebemos o retorno de todos os questionários enviados. A coleta destes dados ocorreu entre 01 a 25 de outubro de 2024. Para proteção da integridade moral dos participantes, não os identificamos pelos seus nomes reais após alguns registos e falas. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

De acordo com Pereira (2022), a análise hermenêutica se apresenta como uma abordagem epistemológica que se converte em metodologia, sempre com o objetivo de expandir a interpretação e a compreensão dos fatos. Esse método opera de maneira mais livre, evitando categorizações rígidas e conclusões finais, mas procurando ampliar os significados revelados, incluindo aspetos que frequentemente passam despercebidos. A metodologia consiste em uma imersão crítica e abrangente nos fatos, orientada por temas específicos em cada pergunta da pesquisa.

Resultados

Atividades das Zonas de Influência Pedagógica e seu impacto no desenvolvimento profissional do professor

Procurando saber ao detalhe o impacto da ZIP aos professores, perguntamos como cada professor avalia as atividades desenvolvidas pelas ZIP e seu impacto no seu desenvolvimento profissional.

Entre os 20 entrevistados, 17 fizeram uma avaliação positiva e consideraram que as atividades da ZIP são bastante benéficas para seu desenvolvimento profissional embora elencam também alguns desafios. Os principais aspetos mencionados são: a) trocas de experiências: as ZIP propiciam uma ótima troca de experiências entre professores de diferentes

escolas, mas das mesmas cátedras ou classe. A troca de experiências proporciona a inovação pedagógica e isto é facilitado nas ZIP devido ao ambiente de aprendizagem colaborativo; b) aperfeiçoamento profissional: outro destaque referenciado é a importância da ZIP na capacitação fruto da planificação conjunta o que proporciona a aperfeiçoamento profissional dos grupos reunidos.

Apesar das avaliações positivas de 17 entrevistados, os mesmos, adicionado aos 3 que avaliaram negativamente, identificaram uma série de limitações que têm influenciado negativamente na avaliação das ZIP, nomeadamente: a) falta de motivação e de qualidade: alguns entrevistados destacam a falta de qualidade de maior parte dos seminários, o que tem proporcionado uma desmotivação generalizada aos professores, como uma das razões das limitação da ZIP; outro aspeto limitante tem a ver com a, b) repetição consecutiva dos temas: tem sido uma realidade que de certo modo tem influenciado na qualidade das atividades da ZIP e que gera desinteresse no envolvimento dos professores aos debates. Um outro aspeto tem que ver com a c) implementação inadequada das atividades: alguns professores fizeram uma avaliação negativa alegando que as ZIP, em muitas escolas, estão a ser implementadas fora daquilo que o guia metodológico das ZIP orienta, o que tem estado a distorcer os objetivos originais desta. Dentre as falas que traduzem essa ampla e complexa avaliação negativa da implementação da ZIP e seu impacto, destacamos uma fala que resumem outras falas; vejamos:

As atividades realizadas pelas ZIP têm sido insipientes, insipientes a partir do momento em que, naquilo que é a perspetiva do que é uma ZIP, que deveria ser um espaço de partilha de boas práticas pedagógicas e dirimir certas debilidades que vão surgindo um pouco por todas as escolas que compõem a ZIP, no sentido de que, de forma coordenada, se possam ultrapassar tais dificuldades. A coisa não tem funcionado assim, portanto, considero-as insipientes porque, primeiro, o modelo que tem sido utilizado para a realização dos encontros das ZIP não obedece a esses princípios. Segundo, porque as ZIP deviam ser subsidiadas a partir dos centros de recursos devidamente apetrechados para que estes tenham as componentes pedagógicas, didáticas e metodológicas capazes de auxiliar todas as dificuldades que se podem observar no processo docente-educativo nas diferentes escolas que compõem esta ZIP. Elas não têm respondido nem a metade da percentagem dos objetivos pelos quais foram criadas (Professor 8, 2024).

Fica potenciado que, por ser um tipo de formação ainda em construção em Angola, as Zonas de Influência Pedagógica (ZIP) detêm, além de potencialidades, desafios gigantes. É nessa perspetiva que, na questão posterior, procuramos ouvir os professores, quais atividades e recursos produto da ZIP, usam nas suas práticas de ensino.

Atividades e Recursos das Zonas de Influência Pedagógica, seu Uso nas Práticas de Ensino

Para compreendermos o impacto das atividades e recursos das ZIP nas práticas de ensino, questionamos aos docentes que recursos a ZIP lhes oferece e como cada docente usa esses recursos em suas práticas pedagógicas.

Dos 20 professores entrevistados, 19 identificaram algumas atividades e consideram que estas têm, de certo modo, beneficiado as suas práticas de ensino, embora todos elenquem muitos desafios. Os principais aspetos mencionados consistem na elaboração de um ou outro meio de ensino, a articulação de vários métodos pedagógicos bem como os seminários trimestrais. Por outra, alguns entrevistados destacam a partilha de experiências e colaboração como realidades essenciais proporcionadas pelas reuniões da ZIP, que enriquecem suas práticas educativas quotidianas. Porém, os entrevistados também mencionam a praticamente ausência de recursos didáticos. Esta ausência é apontada como um fator de limitação e desconexão significativa entre a teoria e a prática que compromete a eficácia das atividades das ZIP.

No meio das falas que traduzem as atividades e recursos oferecidos pelas ZIP, destacamos uma que resume outras opiniões; vejamos:

As ZIP nos oferecem somente atividades de planificação. Uma ou outra vez, discutimos um ou outro tema, mas não nos oferecem nenhum recurso de apoio como tal. Há necessidade do apetrechamento da sala de recursos com materiais didáticos para apoio às atividades da ZIP concretamente: computadores, mapas, livros, entre outros meios de ensino, para aprimorar os conhecimentos dos docentes e podermos relacionar a teoria com a prática, conforme orienta o guia metodológico das ZIP, realidade que não se faz sentir (Professor 13, 2024).

A ausência de recursos didáticos na ZIP, citada pelos entrevistados constitui um atropelo a uma das orientações do guia metodológico quanto

aos elementos constituintes da sala de recursos, o qual orienta que o centro de recursos é um espaço de livre acesso, destinado à consulta, produção e partilha de documentos, boas práticas e experiências no âmbito do processo de ensino e aprendizagem situado na escola sede de uma ZIP, devem constar nela os seguintes documentos: planos de estudo, programas do ensino primário, manual de avaliação das aprendizagens do ensino primário, manual de apoio ao supervisor, conjuntos de manuais das diferentes classes para os alunos, conjunto de dicionários, sólidos geométricos, gramáticas, conjunto de materiais de demonstração para laboratórios, kit para geometria, mapas, atlas, globos entre outros (Governo de Angola, 2013).

Qualidade das Formações Oferecidas pelas Zonas de Influência Pedagógica

Com objetivo de aferirmos a eficiência e eficácia das diferentes formações ministradas pelas atividades das ZIP, procuramos saber dos professores a avaliação que estes fazem sobre a qualidade das formações da ZIP.

Dos resultados aferidos, todos os professores entrevistados consideram que as formações da ZIP em termos de intensões elas são boas, duma maneira geral, o problema está na realidade prática, ou seja, as formações das ZIP em si elas têm boas perspetivas para transformação do processo docente educativo, mas infelizmente elas não têm atingido os seus objetivos conforme se pretende por fatores diversos, nomeadamente:

- a) *falta de qualidade dos formadores*: os entrevistados relatam que na maior parte das vezes o formador é um dos colegas que nem sequer teve tempo de preparar a referida formação porque o mesmo é selecionado no mesmo dia, noutros casos, os formadores, mesmo como convidados, apresentam extremas desconexões entre o que se ministra e as reais dificuldades do dia-dia do professor, o que tem afetado de forma negativa na profundidade dos debates e no real aproveitamento das formações;
- b) *falta de qualidade dos programas formativos*: na maior parte das situações, as formações da ZIP não decorrem com base a um programa prévio nem há uma comunicação antecipada dos temas aos formandos, e quando existem programas, não se regista a participação dos formandos nas propostas dos temas a serem ministrados, o que origina, na maior parte das vezes, uma desconexão entre as reais necessidades formativas dos docentes e o que é realmente oferecido pelas formações da ZIP;

- c) *falta de programação eficiente dos ciclos formativos*: observa-se uma ineficiência na programação dos ciclos de formação o que tem levado a repetições constantes nas abordagens dos mesmos temas e problemas sem necessidade, apenas para cumprimento de calendário. Aquilo que são as observações dos formandos, na sua maioria, nunca se deparou com um programa anual dos ciclos formativos da ZIP;
- d) *falta de meios de ensino para aliar a teoria a prática*: as ZIP, nos seus centros de recursos, praticamente não possuem meios de ensino mínimos para os professores aliar a teoria à prática. Isso tem influenciado de que maneira na evolução qualitativa dos formandos, bem como na aplicação de novos métodos na sala de aula;
- e) *não certificação das formações*: o facto de quase na totalidade das formações da ZIP não serem certificadas, isso tem retirado bastante a qualidade das mesmas. Por falta de uma supervisão mais rigorosa, em contrapartida afeta o interesse dos participantes.

Entre as falas que refletem a qualidade das formações oferecidas pelas ZIP, salientamos uma que sintetiza as diversas apreciações, vejamos:

Sobre a qualidade das formações da ZIP eu avalio de forma medíocre, porque sinto que ainda temos muito a fazer, as formações ainda não estão no nível que a realidade académica atual se exige, mas sinto um evoluir paulatino do processo (Professor 10, 2024).

A deficiência manifestada pelos docentes entrevistados relativamente a alínea b e c, constituem incumprimentos de certas orientações do guia metodológico da ZIP, o qual orienta que, compete ao coordenador da ZIP orientar todas as atividades organizativas e pedagógicas, nomeadamente: planificação e acompanhamento das atividades pedagógicas da ZIP; elaboração do plano anual das atividades pedagógicas da ZIP; identificação dos conteúdos temáticos que requerem ações de treinamento, para informar ao conselho pedagógico da ZIP; divulgação das experiências pedagógicas positivas e outras de interesse da ZIP (Governo de Angola, 2013). Por outra, compete ao conselho pedagógico da ZIP, dar a conhecer o plano de treinamento/capacitação dos professores com base nas necessidades formativas previamente identificadas e o formador deve discutir o calendário das sessões de formação com os formandos.

O não cumprimento das preocupações referidas nas alíneas a e e, mencionadas pelos docentes entrevistados, está relacionado com a não colocação em prática por parte dos gestores das ZIP, de certas orientações do guia da ZIP. Este, estabelece que a ZIP tem dependência metodológica

do Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação (INFQE), através das escolas de magistério e cada província deve ter uma bolsa de formadores. Compete ao INFQE fazer o apoio metodológico às ZIP através das escolas do magistério, o apoio metodológico corresponde as ações e estratégias concebidas e realizadas para melhorar o desempenho dos professores (Governo de Angola, 2013).

Formações das Zonas de Influência Pedagógica e Progressão de Categoria na Carreira Docente

Para avaliarmos a influência das formações da ZIP na progressão da categoria profissional, solicitamos os professores que nos dessem seu feedback sobre essa realidade.

A partir dos resultados, aferiu-se que todos os professores consideram que no processo de mudança de categoria profissional, as formações das ZIP não são tidas nem achadas, somente o número de presenças nas atividades da ZIP conta para avaliação de desempenho. Dentre os comentários que ilustram a influência das formações da ZIP na progressão da categoria profissional, destacamos um, que resume as variadas opiniões dos entrevistados, confirmamos:

As formações da ZIP, como tal, não influenciam na progressão da minha categoria profissional, mas sim a presença do professor na ZIP, pelo facto de na ficha de avaliação do professor haver um item onde se avalia a presença do professor nas ZIP, ao invés de se avaliar as valências adquiridas pelo professor na ZIP. Ou seja, não se tem avaliado o que o professor tem aprendido nas ZIP e usar esta aprendizagem para sua progressão na categoria profissional, mas sim avalia-se somente quantas vezes o professor participou nas atividades da ZIP, o que torna essa avaliação muito subjetiva e sumativa, ao invés de formativa e qualitativa (Professor 9, 2024).

A não certificação das formações da ZIP é o principal motivo pelo qual essas formações não são reconhecidas e, conseqüentemente, não cooperam para a progressão de categoria dos docentes. Esta realidade deve-se ao fato de o INFQE não estar a cumprir com o seu papel no projeto ZIP. De acordo com o artigo 6º do Decreto Presidencial nº 24/15, o INFQE detém as seguintes responsabilidades no âmbito do projeto ZIP: propor, gerir e executar as políticas de formação para a profissionalização dos

docentes na educação pré-escolar, ensino primário e no I ciclo do ensino secundário. Entre as suas funções está também a definição de normas organizativas e de funcionamento das instituições de formação contínua de professores, garantindo sua aplicação e cumprimento (Governo de Angola, 2015).

Além disso, o INFQE tem a responsabilidade de assegurar a orientação metodológica e monitorizar a execução dos projetos educativos de formação contínua de professores. Também é responsável pela execução e monitorização das ações de formação contínua de professores, definindo parâmetros de qualidade, bem como critérios e mecanismos de acreditação, validação e certificação dessas formações (Governo de Angola, 2015).

Sugestões para Melhoria das Zonas de Influências Pedagógicas

Foram várias às sugestões dadas por todos os professores entrevistados para melhoria das ZIP, estas centram-se na comunicação, infraestrutura e recursos materiais, metodologia e organização, além de questões relacionadas ao reconhecimento e valorização das formações, descritas a seguir:

- a) *Comunicação*: uma das sugestões mais referenciados pelos professores para melhoria da ZIP é a comunicação. Eles sugerem que as coordenações da ZIP devem antecipadamente passar a partilhar o programa anual das formações bem como os materiais necessários para as diferentes sessões de formação. Por outra, sugerem que a indicação dos preletores deve também ser feita com antecedência e que os mesmos estejam realmente capacitados para atenderem às necessidades dos formandos;
- b) *infraestruturas*: outro ponto preocupante tem a ver com às infraestruturas. Os professores mencionam a imensa necessidade de se melhorar as condições estruturais das escolas concretamente, as salas de aulas, áreas administrativas e instalações sanitárias, de maneiras a se criar um adequado ambiente de trabalho.
- c) *recursos materiais*: os entrevistados recomendam a necessidade fundamental da disponibilização de diversos materiais didáticos e equipamentos tecnológicos nos centros de recursos para melhoria da investigação e da relação entre a teoria a prática nas atividades da ZIP.
- d) *metodologia e organização*: os professores entrevistados recomendam, de forma consensual, a necessidade de melhoria das metodologias e forma de organização das atividades da ZIP. Sugerem uma maior relevância e atualização dos conteúdos abordados nas ZIP, refletindo as necessidades educativas atuais. E execução de mais atividades práticas,

em detrimento da excessiva teoria, foi reiteradas vezes mencionado como a via para tornar mais eficaz as ZIP. A necessidade de uma melhor programação e organização dos conteúdos das formações bem como uma supervisão eficaz eliminaria as sucessivas repetições anuais dos temas e melhoraria o interesse dos participantes bem como aumentaria a qualidade das ZIP.

- e) *reconhecimento e valorização*: a situação da falta de reconhecimento das formações da ZIP para a progressão de categoria profissional é o ponto assente das preocupações dos professores entrevistados. Estes mencionam o não reconhecimento formal dos certificados das formações da ZIP, que raramente ou nunca foram emitidos e entregues aos professores, como um fator significativamente limitante no impacto das ZIP na carreira/progressão profissional dos professores. Recomendam a validação oficial das formações contínuas da ZIP e seu reconhecimento como parte dos critérios para progressão de categoria profissional.
- f) *enquadramento do conteúdo local*: os entrevistados também recomendam a necessidade da integração de conhecimentos locais nos programas curriculares para criar uma maior conexão entre a escola e a comunidade envolvente.

Entre as observações que demonstram a influência das formações da ZIP na progressão das categorias profissionais, selecionamos uma que sintetiza diversas opiniões dos professores entrevistados, vejamos:

Na verdade, eu gostaria que a ZIP existisse como tal, porque o que temos estado a fazer nos últimos tempos sempre existiu, que é a planificação dos conteúdos em detrimento das atividades reais da ZIP emanadas no guia metodológico. A única diferença tem sido reunirmos mais escolas. Devemos implementar as ZIP como tal para atingirmos os objetivos que o país deseja com elas, que até são objetivos bons, caso haver um cumprimento rigoroso no processo de implementação das mesmas (Professor 15, 2024).

Todas as sugestões para melhoria da ZIP emitidas pelos professores entrevistados, fazem parte dos elementos normativos do guia metodológico da ZIP, falta somente o seu cumprimento rigoroso por parte dos responsáveis e instituições gestoras do processo de implementação do projeto ZIP.

Considerações Finais

Em gesto conclusivo, os 20 professores entrevistados nas três províncias revelaram um cenário binário, onde as ZIP são reconhecidas

por seus benefícios teóricos, mas existem barreiras consideráveis em sua aplicação prática.

Os professores entrevistados referenciaram que as ZIP facilitam a troca de experiências e incentivam o aprimoramento profissional pelo caráter do seu ambiente colaborativo. Todavia, a preparação inadequada dos formadores, a falta de conexão entre os conteúdos ministrados e as necessidades reais dos docentes face aos problemas pedagógicos do cotidiano, e a falta de um programa formativo estruturado deterioram a qualidade das formações. Por outro lado, a repetição constante de temas e a não certificação formal das formações realizadas nas ZIP limitam de que maneira o impacto dessas atividades no desenvolvimento profissional, progressão na carreira e na motivação dos professores.

O não apetrechamento das salas de recursos das ZIP com materiais didáticos e tecnológicos, foram considerados como uma dificuldade relevante. A ausência destes recursos afeta diretamente a capacidade dos professores de colocarem em prática novos métodos pedagógicos e relacionar a teoria com a prática. Para que as ZIP cumpram de forma eficaz os seus objetivos, é fundamental um investimento significativo na melhoria das infraestruturas escolares e na disponibilização de recursos didáticos e humanos adequados.

Outro aspeto essencial mencionado foi o não reconhecimento e valorização formal dos seminários formativos das ZIP, o que desmotiva os professores e prejudica a progressão na carreira docente. As formações ministradas pela ZIP não são formalmente certificadas. Para abordar esta questão, é necessário que o INFQE cumpra com o seu papel de propor, gerir e executar as políticas de formação contínua de professores, garantindo a certificação e valorização das formações realizadas.

Confirmando a hipótese inicial, a melhoria das atividades da ZIP passa pela superação das deficiências materiais, metodológicas, humanas e pelo reconhecimento formal da formação contínua, assegurando assim um impacto duradouro e positivo na carreira e na prática pedagógica dos professores angolanos envolvidos do projeto.

Durante as investigações, foi identificada a ausência de documentos normativos das atividades da ZIP para o primeiro ciclo e ensino secundário. Os materiais e equipamentos didáticos atribuídos aos centros de recursos não se enquadram as necessidades materiais do I ciclo, nem ao ensino secundário. Por outro lado, não existe qualquer legislação inerente as normas que regulam as Zonas de Influência Pedagógica em qualquer nível de ensino. São aspetos que, de certa forma, contribuem para a ineficiência da consecução dos objetivos do projeto.

Concluindo, para que as ZIP atinjam seu pleno potencial no desenvolvimento profissional dos professores em Angola, é importante que sejam levadas em consideração as deficiências identificadas por esta investigação. Que passam por melhorias na comunicação, na infraestrutura, nos recursos materiais, nas metodologias de formação e no reconhecimento formal das formações contínuas ministradas pela ZIP por orientação do INFQE bem como seu reconhecimento para progressão na categoria profissional. A implementação dessas medidas fortalecerá a relevância formativa das ZIP, promovendo um impacto duradouro e positivo na prática pedagógica.

Referências

- ADRA. Avaliação do programa onjila: Zonas de Influência Pedagógica (ZIP). Luanda: ADRA, 2005.
- ANDRÉ, I. C. Desafios para o ensino primário em Angola a partir do depoimento de professores da rede pública (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, (2017).
- BANCO MUNDIAL BM. Relatório N° 66598-AO. Documento de Avaliação do Projecto de Proposta de Crédito à República de Angola para um Projecto de Aprendizagem Para Todos, 2013.
- BERTRAND, Y. Teorias contemporâneas da educação. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Publicação Oficial da República de Moçambique, I Série (Número 25, Diploma Ministerial n.o 60/2008). Publicado em 18 de Junho de 2008.
- CAINGONA, F. D. Guia metodológico de apoio à Zona de Influência Pedagógica-ZIP (2ª ed.). Luanda, Angola: Ministério da Educação 2018.
- CUMBELEMBE, A., Machado, J., & Palmeirão, P. Lideranças e aprendizagens: projeto de investigação em zonas de influência pedagógica. Revista de Educação, 280-288, 2018.
- CHIRRIME, E. F. (1988). ZIP-Zonas de Influência Pedagógica. Maputo: Texto Editores.
- CRUZ, J. O papel das instituições de formação inicial de professores na criação e desenvolvimento de competências: O caso do ISCED - Benguela (Tese de doutorado). Universidade de Lisboa, Lisboa 2019, Obtido em 28 de setembro de 2023, de <http://hdl.handle.net/10451/38921>
- DA SILVA, S. I. Formação de professores em Angola: conexões e práticas em contextos de cooperação para o desenvolvimento (Tese de doutorado). Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, 2019.
- DOS SANTOS, T. A. D. Contributo da formação contínua para o desenvolvimento profissional de professores: Caso da escola secundária MJN - Zona de Influência Pedagógica "A", cidade de Nampula (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Moçambique, Nampula, Moçambique, 2020.
- GADAMER, H-G. Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- GOVERNO DE ANGOLA. Lei de Bases do Sistema de Educação. Luanda, 2001.
- GOVERNO DE ANGOLA. Guia metodológico de apoio às Zonas de Influência Pedagógica (ZIP). Luanda, 2013.
- GOVERNO DE ANGOLA. Criação do Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação - Estatuto Orgânico- Decreto Presidencial nº 24/14. Luanda: Diário da República, 2015.

- GOVERNO DE ANGOLA. Lei de bases do sistema de educação e ensino - Lei nº 17/16. Luanda: Imprensa, 2016.
- GOVERNO DE ANGOLA. Lei de bases do sistema de educação - Lei nº 30/20. Luanda: Imprensa, 2020.
- GOVERNO DE ANGOLA. Regime jurídico do ensino primário e secundário do subsistema do ensino geral - Decreto Presidencial nº 162/23. Luanda: Diário da República, 2023.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Boletim da república, I série nº 25, Diploma ministerial nº 60/2008 - Regulamento das Zonas de Influência Pedagógica. Maputo, 2008.
- GRILLO, L. M., AMARO, M. C., Augusto, I. C., Satombela, F., Mendes, C., Paulo, M., Sempere, M.-J. C. Pedagogias participativas, associativismo educativo e produção de conhecimento nas escolas angolanas: explorando espaços institucionais para a conscientização de género. Catumbela, 2006.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MED. (2021). Projecto aprendizagem para todos. Obtido de / www.pat-med.org: <https://www.pat-med.org/quem-somos/>
- NASCIMENTO, J. B. O contributo das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), enquanto entidade formadora, para a qualidade do ensino em Angola: um estudo no Distrito Municipal de Educação da Ingombota. Minho: Universidade do Minho, 2020.
- PAXE, I. P. V. Políticas Educacionais em Angola: desafios do direito à educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.
- PEREIRA, V. A. A internacionalização em casa na pós-graduação na América Latina e Caribe na modalidade a distância. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 4, p. 2476-2493, out./dez. <https://doi.org/10.21723/riaae.v17i4.16549> , 2022.
- POÇAS, S., LOPES, A., MEDINA, T., & dos Santos, J. G. Formação de professores e projetos de cooperação internacional em Angola: reflexões a partir de três casos de estudos. In Educação, sociedade e culturas (pp. 149-169). 2018.
- PRADA, L. E., FREITAS, T. C., & FREITAS, C. A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. Revista Diálogo Educacional, 10(30), 367-387, 2010.
- SILVA, S. I. P. F. da. Formação de professores em Angola: concepções e práticas em contexto de cooperação para o desenvolvimento. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação, Universidade do Porto, 2019.

Submetido em fevereiro de 2025

Aceito em maio de 2025

Publicado em julho de 2025

